



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Daniel Aguilar da Silva

Título:

Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente?

Brasília - DF 2021

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Daniel Aguilar da Silva

Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente?

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Projeto de pesquisa relacionado à norma de divulgação de informações sociais

Área: Sustentabilidade

Orientador: Cláudio Moreira Santada

Brasília - DF 2021

Ficha catalográfica

Daniel Aguilar da Silva

Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente?

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof. Mestre Cláudio Moreira Santana.

Aprovado em de _____ de 2020.

Prof.^a Mestre Cláudio Moreira Santana
Orientador

Prof. Dr. XXXXX
Professor - Examinador

Brasília - DF, maio de 2021.

O mundo precisa de um novo sistema financeiro sustentável para impedir a mudança climática descontrolada.

Mark Carney

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me conduzido até o presente momento, sempre com muito cuidado e por jamais me desamparar em meio as adversidades. Aos meus pais, Márcia e Adailton, por todo o apoio, carinho e cuidado.

Aos meus irmãos, Samuel, Abel e Ana por toda a ajuda, paciência e assistência quando mais precisei.

Ao meu honroso professor e orientador Mestre Cláudio Moreira Santana por me auxiliar e guiar durante essa fase.

EXISTE A NECESSIDADE DE UM CONJUNTO GLOBAL DE PADRÕES DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE RECONHECIDOS INTERNACIONALMENTE?

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo descrever e analisar as respostas das cartas de comentários por meio do papel de consulta e cartas de comentários (consultation paper and comment letters) expressa pela Fundação IFRS através de questionamentos sobre a pauta sustentável. A proliferação de diversos relatórios não financeiros com várias óticas e enfoques distintos concebeu um grande gargalo a toda comunidade internacional, com fragmentação de informações e restrições a comparabilidade entre as entidades.

O presente trabalho teve por propósito elucidar e analisar as respostas contidas no papel de consulta acerca da seguinte pergunta conforme consta no anexo: “Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente”? Foram analisados 577 comentários de vários stakeholders como bancos centrais, reguladores, instituições financeiras, docentes, entre outros. A pesquisa foi realizada por meio de análise documental com enfoque quantitativo e qualitativo, que fez uso do microsoft excel para proceder à análise dos dados. A respeito do questionamento, foi criado três categorias na qual o primeiro representa os agentes favoráveis da criação de padrões de relatórios não financeiros, o segundo de agentes desfavoráveis, e por conseguinte, os agentes indiferentes da criação de relatórios não financeiros. Os atores favoráveis representam 86%, número esse representado fortemente pelo segmento do mercado financeiro, os desfavoráveis representaram 2%, número este evidenciado principalmente por docentes, e os indiferentes representam 12%, referente a falta de argumentos sólidos que os mesmos relataram sobre a fundação ifrs acerca de novos relatórios.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. Padrão de Relatório de Sustentabilidade. Relatórios não Financeiros.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de consulta aberta feita a toda a comunidade através do papel de consulta e cartas de comentários, a Fundação IFRS emitiu determinado questionário acerca da necessidade de haver padrões de relatórios de sustentabilidade a nível global, visto que os relatórios não financeiros voluntários têm se tornado um significativo apetrecho de divulgação de desempenho organizacional muito prestigiado no mercado e usado por investidores em suas escolhas e decisões de investimentos. O presente trabalho refere-se a um grupo de pesquisa, tendo o Professor Claudio Moreira Santana como orientador, acerca do papel de consulta e cartas de comentários sobre a Fundação IFRS. Todos os stakeholders foram previamente consultados a ponto da Fundação IFRS estar ciente da real necessidade destes padrões de relatórios por toda a comunidade no geral. Foram proferidas no total cerca de 577 respostas a Fundação IFRS, na qual todos os entes envolvidos proferiram suas opiniões técnicas acerca do questionário.

Segundo Laskar (2018), o objetivo da sustentabilidade consiste em manter a solidariedade social, conservar o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento econômico de forma balanceada. Com a crescente preocupação da sociedade com questões sociais, ambientais e econômicas (ESG), as entidades estão pressionadas por seus stakeholders a apresentar um bom desempenho nessas três dimensões, de modo que o relatório de sustentabilidade poderá constituir o meio pelo qual esse desempenho é comunicado.

A pauta sustentável possibilita às empresas divulgarem seu desempenho ambiental e estabelecer metas de melhoria contínua para uma operação cada vez mais sustentável. Com o relatório é possível demonstrar todas as ações que a empresa tem tomado para ter um impacto positivo no meio ambiente, sociedade e economia. O relatório servirá como um modelo de gerenciamento de ações, ou seja, a empresa mostra quais as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável realizou em um determinado período. Bem como, quais as ações devem ser mudadas ou praticadas para melhorar um ponto negativo ou mesmo como uma oportunidade de melhoria. Também, no relatório a organização demonstra como cada ação foi colocada em prática ou serão realizadas.

O grande paradigma a ser quebrado relaciona-se a todas jurisprudências distintas acerca do tema em todos países, devido ao fato de não haver normas internacionais sobre relatórios de sustentabilidade. Com isso, a natureza fragmentada sobre o tema leva a generalizada confusão, inconsistência e não conduz à tomada de decisão de investimento e precificação eficiente de ativos.

Com isso, evidentemente mais uma vez deu-se ênfase a temática acerca da sustentabilidade. Com a existência de um período completamente atípico – pandemia de coronavírus - na qual todas as relações humanas são provadas, a pressão acerca do tema e consulta da necessidade de haver padrões internacionais se tornou demasiadamente inevitável.

O principal embaraço de todas essas jurisprudências sobre os diferentes padrões de relatórios de sustentabilidade, refere-se ao fato de que toda essa fragmentação de informações, prejudica toda a harmonização do mercado e inibe características qualitativas como relevância, e principalmente a comparabilidade entre as informações.

Progressivamente, os mais demasiados stakeholders se viram na necessidade de que houvesse padrões de relatórios de sustentabilidade a nível global. Todos esses agentes (seja governo, investidores, bancos centrais, reguladores, firmas de auditoria), compreenderam que

existe a crescente necessidade de melhorar a consistência e comparabilidade em relatórios de sustentabilidade. Um conjunto de padrões comparáveis e consistentes que possa permitir que as empresas conquistem a confiança do público por meio de maior transparência no que se refere a sustentabilidade, com iniciativas que possam ser úteis para toda a comunidade de investidores e para o público em geral.

2 SUSTENTABILIDADE E SEUS DESAFIOS

Segundo Bellen (2005), o conceito de sustentabilidade, e outros termos que a tangenciam, é oriundo de um longo processo histórico de amadurecimento da consciência humana diante do rápido desenvolvimento (em especial, o desenvolvimento tecnológico) em contraste com os recorrentes desastres ambientais. Como marcos históricos fundamentais para a disseminação deste novo conceito e seus correlatos, bem como o fomento do diálogo e discussão acerca do assunto, cujas importância e influência sobre o mundo atual crescem continuamente, podem ser citados: a Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (1972), marcada pela publicação do Relatório de Meadows; o surgimento do tema ecodesenvolvimento em 1973, seguido pela Declaração de Cocoyoc (1974); a Comissão Brundtland (1987) e o Relatório Brundtland; o Protocolo de Montreal (1989); as Conferências das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (Eco92 ou Rio/92, Rio+5 e Rio+10) realizadas em 1992, 1997 e 2002; o Protocolo de Kyoto em 1997; e a Avaliação Ecológica em 2005.

Para Bond e Morrison-Saunders (2009), desenvolvimento sustentável é aquele que permite crescer, desenvolver uma atividade, uma região pautada nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, principalmente, preocupando-se em manter um equilíbrio nesta tríade. Os mesmos autores consideram que há três objetivos consagrados nas definições de desenvolvimento sustentável, os quais são: o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a valorização e o bem-estar do ser humano.

A crescente consciencialização da sociedade e dos stakeholders sobre questões ambientais e sociais traduziu-se na necessidade de as empresas melhorarem a transparência e a comparabilidade das informações divulgadas (Kolk & Van Tulder 2010). Deste modo, as empresas focaram a sua atenção na viabilidade e sustentabilidade a longo prazo (Adams & Simnett, 2011) e começaram a divulgar o impacto das suas atividades no meio ambiente através dos relatórios que contém informação não financeira, tendo como propósito a dimensão económica, social e ambiental. Essas ações prioritárias foram reforçadas em 2015 com o acordo de Paris. O acordo é um tratado mundial que basicamente possui um único objetivo: reduzir o aquecimento global. Ele foi discutido entre 195 países durante a COP 21, em Paris.

Estes eventos realizados em momentos distintos, exemplificam a importância, a abrangência e o crescente amadurecimento da consciência mundial acerca do tema sustentabilidade. Não obstante, todos stakeholders (Governo, investidores, entidades de classe, bancos centrais, comunidade académica, reguladores e todos os demais segmentos) passaram a dar um viés um tanto quanto enfático a pauta sustentável, para um desenvolvimento ecológico.

2.1 Relatórios não financeiros e sua divulgação

A insatisfação com as divulgações obrigatórias e a demanda pela ampliação de

informações sobre o desempenho pelas partes interessadas levaram a iniciativas em praticamente todas as partes do mundo e incentivaram as empresas a adotar relatos voluntários (Boesso & Kumar, 2007). Somado a isso, a busca por legitimidade vem influenciando a forma, o conteúdo e demais características desses mecanismos para que esses estejam em conformidade com o sistema social a que pertencem (Dyduch & Krasodomska, 2017).

Os relatórios não financeiros voluntários vêm sendo um valioso instrumento explorado pelas empresas para munir uma sociedade consciente dessas questões além do financeiro (FEE, 2015). Como resultado, há um crescente interesse em aprimorá-los, de forma que consigam também atingir os avanços alcançados com a diversidade que envolvia as demonstrações financeiras no passado. Ao priorizar o desempenho financeiro como o único elemento importante da criação de valor, ignoramos os maiores impactos que os negócios podem ter (Porter, M. e Kramer, M. 2011, Criando Valor Compartilhado).

Na visão de acadêmicos como Kotsantonis, Pinney e Serafeim (2016), fatores voltados para questões de sustentabilidade e intangíveis (OECD, 2012) tornaram-se predominantes nas publicações de empresas listadas e têm conquistado cada vez mais o interesse dos investidores, pois são utilizados “para compreender os principais fatores de uma organização e como eles afetam o desempenho geral em um horizonte temporal mais longo” (IFAC, 2012, p.3).

Esses fatores, considerados por especialistas em Contabilidade e Finanças (EY, 2016; Krasodomska, 2009) como “não financeiros”, são os itens adicionais em um relatório anual ou de sustentabilidade (podendo esse assumir vários nomes), para além das demonstrações financeiras. Esse componente não financeiro provocou, nos últimos tempos, uma mudança no foco da Contabilidade, de uma abordagem muito forte em normativos e de elementos reguladores (normas, rotinas e regras), para uma compreensão compartilhada da realidade social (símbolos, significados, crenças) (Contrafatto, 2014).

O imprescindível debate acerca da necessidade de se obter mecanismos de divulgações sobre sustentabilidade, desencadeou a criação de estruturas de relatórios de sustentabilidade criadas pela Climate Disclosure Standards Board (CDSB), Global Reporting Initiative (GRI), o International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Sustainability Accounting Standards Board (SASB), com o objetivo de tornar mais transparente os procedimentos de divulgações de ações que as entidades adotaram para manterem uma economia sustentável.

Algumas ações foram tomadas em outros países para oficializar a importância do assunto e ampliar a qualidade e comparabilidade de conteúdo dessas informações, como por exemplo a criação da Diretiva 2014/95 pelo Parlamento Europeu, que tornou obrigatória a publicação de “demonstrações não financeiras” nos países que compõem o bloco econômico. Porém, não há um consenso sobre qual estrutura (padrão) deve ser utilizada para reportar esse conteúdo não financeiro, apesar da variedade disponível para relatá-los (Tähtinen, 2018; IFAC, 2011). Essa situação implica um cenário confuso e fragmentado para empresas, investidores e reguladores, pois os relatórios produzidos não são valiosos e comparáveis para os investidores tomarem decisões (Tähtinen, 2018). No entanto, alguns progressos têm acontecido para sistematizar a padronização de tais relatos, a exemplo dos padrões da Global Report Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), com o intuito de torná-los eficazes para os investidores e demais públicos de interesse (Cokins & Shepherd, 2017).

A organização pioneira na padronização de divulgação de informações sobre sustentabilidade foi a Global Reporting Initiative (GRI), trazendo diversas vantagens como transparência e publicidade na divulgação das informações. Intuitivamente, a Global Reporting Initiative é uma organização internacional, sem fins lucrativos e pioneira no desenvolvimento de uma abrangente estrutura de Relatórios Sustentáveis. A iniciativa surgiu em 1997, fundada em Boston pela organização Coalition for Environmentally Responsible Economie (Ceres) e o

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), promovendo o uso dos relatórios como uma forma de gerir corretamente indicadores ambientais, sociais e econômicos dentro das corporações.

O padrão da Global Reporting Initiative (GRI) é a estrutura mais conhecida entre as empresas em todo o mundo para os relatos voluntários (de Jong, Levy, & Brown, 2009). Mas, há uma proliferação de frameworks no mercado (IFAC, 2012; FEE, 2015). E essa situação cria uma percepção de “frameworks concorrentes”, causando uma confusão no mercado sobre qual padrão uma empresa deve usar (Eccles et al., 2011).

A missão da GRI consiste em: (a) fazer com que relatórios de sustentabilidade corporativa tenham o mesmo nível de qualidade e importância dos relatórios financeiros; (b) desenhar e melhorar continuamente as diretrizes de relatórios, refletindo três dimensões de sustentabilidade: econômica, ambiental e social; e (c) construir uma instituição global e permanente para administrar as diretrizes formuladas. Desta maneira procura conceber um padrão internacional de relato que atenda às expectativas dos consumidores e investidores, passando estes a terem uma percepção mais positiva de uma empresa após a leitura de seu relatório de sustentabilidade (GLOBAL..., 2006).

O relatório GRI impacta diretamente na forma como as empresas se comunicam com a sociedade e como elas se apresentam ao mercado. A elaboração de um relatório sobre os impactos causados por suas atividades cotidianas demonstra transparentemente a ligação entre a estratégia da companhia e seu compromisso com uma economia global sustentável. Atualmente, existem diversos relatórios de divulgação de informações sustentáveis, contudo os relatórios mais utilizados por causa de sua credibilidade no cenário internacional são os da GRI.

Bassetto (2010) aponta que o modelo GRI tem tido cada vez mais importância para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, ao estabelecer princípios essenciais sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Sua estrutura está centrada em dois pontos: comparabilidade, que objetiva desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros; e flexibilidade, ao considerar e acomodar as diferenças legítimas entre organizações e setores econômicos.

Erol e Demirel (2016) analisaram globalmente o desenvolvimento de relatórios integrados entre os anos de 1999 a 2015 comparando os tipos de estruturas do GRI e IIRC. Os resultados mostraram que os relatórios que usam estruturas do GRI são numericamente maiores do que os que adotaram o IIRC.

Em meados de 2015 o Conselho de Estabilidade Financeira, (Financial Stability Board FSB) o braço operacional de assuntos financeiros do G20, criou a força tarefa relacionada ao clima, mais conhecida como Task Force on Climate Financial Disclosures (TCFD). Como diz o nome, é uma força-tarefa que reúne uma série de organizações com o objetivo de desenvolver um padrão comum para que empresas possam medir e divulgar os riscos financeiros relacionados ao clima.

Em essência, seu objetivo é servir de ferramenta para que investidores, credores e outros possam se informar sobre os riscos incorridos pelas empresas na área climática. No entanto, o TCFD é uma força-tarefa do setor privado sem qualquer mandato ou capacidade para definir normas internacionais sendo não estabelecido de forma permanente. No ano de 2020 o TCFD anunciou que havia alcançado oficialmente mais de 1.000 apoiadores em todo o mundo para suas recomendações, demonstrando uma grande mudança entre os participantes do mercado ao reconhecerem que a mudança climática apresenta determinado risco financeiro.

Mark Carney (2019) apresenta que primeiro, devemos trabalhar para aumentar a quantidade e a qualidade das divulgações, compartilhando as melhores práticas. Devemos

espalhar o conhecimento sobre como medir e usar informações sobre resiliência estratégica para gerenciar riscos e perceber oportunidades. O TCFD deve considerar como os proprietários de ativos poderiam melhor divulgar o quão bem suas carteiras estão posicionadas para a transição para o líquido zero.

A partir da criação destes relatórios, várias entidades sejam públicas ou privadas passaram a reproduzir os relatórios nos moldes do GRI, TCFD ou divulgando seus próprios relatórios de maneira exclusivamente independente. Tal prática prejudicou toda a comunidade internacional, visto que diversos relatórios sobre divulgação de informações sustentáveis achavam-se presente. Com isso, houve fragmentação entre as informações entre as entidades prejudicando a relevância e comparabilidade entre as mesmas. Por exemplo, alguns relatórios sustentáveis se concentram em estruturas para informações não financeiras, enquanto outros se concentram na definição de padrões não financeiros, outros ainda se concentram apenas em divulgações relacionadas ao clima. Além disso, os padrões variam em foco entre o impacto dos riscos na própria entidade e / ou no impacto de uma entidade no meio ambiente. Algum foco na criação de valor financeiro, enquanto outros abordam os objetivos de outras partes interessadas e objetivos da sociedade civil. As diversas abordagens e objetivos representam uma ameaça de fragmentação global. Para corrigir tais distorções, a necessidade de padronização entre as informações se demonstrou inevitável.

2.2 A Necessidade de padrões internacionais sobre relatórios de sustentabilidade para uma economia sustentável

A crise de COVID-19 destacou a importância de modelos de negócios sustentáveis e resilientes, e há um aumento da demanda das partes interessadas por um sistema de relatórios que forneça informações de modo consistente, comparável, confiável e determinada garantia de informações relevantes para a criação de valor empresarial, desenvolvimento sustentável e evolução de expectativas. A pandemia também aumentou a conscientização sobre os vínculos inextricáveis entre o meio ambiente, a sociedade e os órgãos reguladores e de política ambiental. Como tal, é claro que o debate atual em torno da necessidade de mais uma estrutura robusta acerca de relatórios de sustentabilidade é oportuna e urgente.

A importância dos fatores ambientais, de impacto social e de boas práticas empresariais cresceu ainda mais em um contexto de crise sem precedentes, impulsionando a articulação de agentes reguladores, econômicos, governamentais, de negócios e da sociedade civil para desenvolver e mensurar ações voltadas a construir um mundo mais sustentável e transparente.

A proposta de padronização se implementada, representaria um grande passo em direção ao estabelecimento de uma estrutura global comum de padrões de sustentabilidade, levando ao caminho de uma economia sustentável. Atualmente, devido a diversos modelos de relatórios e a toda a fragmentação de informações, existe uma infinidade de definições, padrões e métricas, com diferentes enfoques e metodologias. A natureza fragmentada leva a demasiada confusão, inconsistência e não conduz à tomada de decisão de investimento e precificação eficiente de ativos.

Globalmente, há uma necessidade urgente de um conjunto global de padrões sobre relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente. Através de significativa iniciativa, a estrutura e qualidade necessária para estabelecer a base para que os relatórios não financeiros sejam abertos demandam que sejam harmonioso, transparente e inclusivo. De modo que tal medida possa evitar a fragmentação dos mercados de capitais globais.

A fragmentação de informações e relatórios distintos, torna extremamente prejudicial a toda a comunidade internacional, principalmente em um cenário na qual as informações não

financeiras estão se tornando mais importantes do que nunca, antes visto seja para o interesse público quanto para as demais partes interessadas em todo o mundo. Uma informação escassa e não padronizada seria perigosamente prejudicial para os investimentos e mercados de ações e não ajudaria os investidores no progresso da tomada de decisão.

As práticas de relatório, e como elas são conceituadas invariavelmente, mudam e se desenvolvem com o tempo (Feng, Cummings, & Tweedie, 2017). As organizações vêm melhorando o processo ano após ano, aprendendo com as experiências do ano anterior, especialmente na ausência de diretrizes ou orientações claras a partir de uma estrutura globalmente legitimada (Feng et al., 2017).

Confirmando essa problemática, Tähtinen (2018) salienta que os atuais relatórios não financeiros são descoordenados, não seguem uma estrutura reconhecida, o que torna difícil para as empresas mais sustentáveis demonstrarem ao mercado como estão criando valor para o meio ambiente e a sociedade como um todo. “O mundo dos relatórios corporativos tornou-se tão complexo que as empresas não conseguem sinalizar sua verdadeira competitividade no longo prazo” (Tähtinen, 2018). O fato de não haver um instrumento único integrado torna mais trabalhoso o cenário de análises.

Quanto à estrutura (framework), conforme já identificado, os relatos não financeiros estão em um estágio muito anterior de desenvolvimento, se comparados com os padrões financeiros. Eles vêm sendo publicados de diferentes maneiras (FEE, 2015; IFAC, 2018) em escala internacional (Krasodomska, 2017), o que dificulta comparações com outras organizações. Alguns teóricos e especialistas, como Eccles et al. (2011) e Tähtinen (2018) afirmam que nenhum padrão ou framework, quaisquer que sejam seus méritos, conseguiu comandar o apoio geral ainda. Ou seja, não há um consenso global sobre uma determinada estrutura em detrimento de outra (Tähtinen, 2018).

Mas, enquanto não há uma estrutura legitimada para essa classe de relatórios, como os que já foram alcançados com os Padrões Internacionais IFRS ou com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos EUA (US GAAP em inglês), as empresas, em um número cada vez mais crescente, vêm experimentando a divulgação de tais informações, buscando ser eficazes com a demanda do mercado (IFAC, 2018). A maior parte dos relatos divulgados pelas empresas é um resumo, que reúne conteúdos de algumas dessas principais iniciativas que estão em andamento, e vêm sendo usadas de forma parcial, completas ou combinadas com outras estruturas (Tähtinen, 2018).

A padronização de divulgações de informações pode garantir a integridade, consistência, confiabilidade e comparabilidade aos benchmarks no mercado internacional, reduzindo custos e complexidades quando as empresas e os usuários estiverem analisando as informações.

Uma abordagem globalmente harmonizada para relatórios de sustentabilidade é essencial para evitar a proliferação de várias iniciativas emergentes de relatórios públicos e privados, que muitas vezes não estão alinhados e tornam os relatórios caros e extensos para os preparadores e confuso para os usuários, prejudicando e onerando as empresas com custos adicionais, com complexidade e confiabilidade reduzida dos dados devido à falta de harmonização de requisitos de divulgação.

Os padrões de relatórios não financeiros a nível internacional devem deter de uma abordagem de múltiplas partes interessadas e não apenas uma abordagem do investidor, a fim de atender às necessidades de informações de uma ampla gama de partes interessadas cujos interesses não sejam só econômicos ou financeiros.

Com isso, padronização é a chave para tornar os dados de sustentabilidade consistentes

e comparáveis para uso por participantes do mercado de capitais e para ajudar os investidores a precificar com precisão os riscos não financeiros e permitir tomada de decisão materialmente relevante. Além disso, a padronização é um pré-requisito para desenvolver processos de garantia em torno da divulgação que devem aumentar ainda mais a confiabilidade e aceitação. O estabelecimento de padrões é a próxima etapa natural neste processo.

Para a GRI (2015), a avaliação da materialidade deve ser feita visando criar valor sustentável para a organização e seus acionistas. Essa entidade ressalta que o enfoque no processo de identificação de aspectos materiais – baseados, entre outros fatores, no Princípio da Materialidade – constitui o elemento central da elaboração de um relatório de sustentabilidade. Aspectos materiais são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões de stakeholders (GRI, 2015).

Atualmente, diferentes classificações e relatórios, muitas vezes baseadas em diferentes suposições e regras, medem diferentes aspectos de atividades de sustentabilidade. Medidas-chave ou indicadores-chave de desempenho são avaliados de forma diferente.

3 METODOLOGIA

Este artigo pode ser classificado, quanto aos objetivos, como qualitativo e quantitativo, caracterizando-se misto, por buscar coletar as respostas e informações acerca do Documento de Consulta a toda a comunidade sobre a necessidade de relatórios de sustentabilidade. O objetivo do trabalho foi analisar, classificar e interpretar as cartas de comentários de todos os atores envolvidos (Stakeholders), referente a questão “Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? a) Em caso afirmativo, a Fundação IFRS deve desempenhar um papel na definição desses padrões e expandir suas atividades de definição de padrões nesta área? b) Se não, que abordagem deve ser adotada? ” (Is there a need for a global set of internationally recognised sustainability reporting standards? a) If yes, should the IFRS Foundation play a role in setting these standards and expand its standard-setting activities into this area? b) If not, what approach should be adopted?).

A estratégia utilizada foi através da análise documental, onde foi investigado as respostas referentes as cartas de comentários dos atores envolvidos por meio de consulta pública da Fundação IFRS. Moreira (2005) salienta que a pesquisa documental caracteriza-se como processo de levantamento, verificação e interpretação de documentos, tendo como objetivo um fim predeterminado que, conforme observam Marconi e Lakatos (1990), pode ser efetuada ao longo dos anos, pois as informações estarão arquivadas nos referidos documentos.

O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. A medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999). Ainda segundo Helder (2006:1-2): “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor.

Assim, pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas

para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo. Porém, também é possível utilizar documentos e análise de documentos como estratégias complementares a outros métodos (Flick, 2009). Ao método utilizado para analisar os documentos chama-se de “método de análise documental”.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Das cartas de comentários foram analisadas 577 respostas acerca da primeira questão da consulta: “Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? ”, na qual foi classificado se as entidades eram favoráveis (1), desfavoráveis (2), ou indiferente acerca da existência da necessidade de padrões globais de sustentabilidade.

Após a análise e verificação das 577 respostas sobre as cartas de comentários selecionadas, as informações foram tabuladas e exploradas com o apoio do programa Microsoft Excel®, classificando por coluna os tópicos de respondente, resposta, indicador e país de origem.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi feito a análise de todas as respostas da carta de comentários proveniente da consulta pública da Fundação IFRS. Todas as respostas foram coletadas no próprio site da Fundação IFRS, não havendo qualquer problema para coletar cada resposta, visto que todas as opiniões acerca do questionamento que deu vida a este trabalho, se encontram no próprio site em formato PDF.

Com base estrutural em cada resposta, foi feita uma classificação das referidas argumentações como sendo: 1 (favorável) para a criação de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade e se a fundação IFRS deveria dar a iniciativa, 2 (desfavorável) da criação do conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade, e por último, indiferente da criação do conjunto global de padrões de relatórios. A tabela abaixo representa o quantitativo total de todos os agente que apresentaram determinado parecer acerca da questão que deu vida a este estudo:

Tabela 1 - Total de Stakeholders

Categoria	Respondentes	Percentual
Favorável	495	86%
Desfavorável	12	2%
Indiferente	70	12%

Fonte: Silva, 2021

De acordo com a análise dos dados, pode-se distinguir que a grande maioria de agentes que deram feedback a Fundação IFRS são fávoraes da criação de um novo relatório

padronizado sobre a temática sustentabilidade. Dos agentes que se enquadraram como contrários da criação de tal padronização, representaram uma pequena parcela de respostas colhidas. As respostas dos agentes que se determinaram indiferentes, representaram um quantitativo um tanto quanto mais significativo em comparação com o grupo de desfavoráveis, representado por 12% do total de respostas colhidas.

A tabela 2 expressa prioritariamente a divisão de respondentes por continentes, que deram feedback em suas respectivas categorias, se favorável, desfavorável ou indiferente da criação do conjunto global de padrões relatórios de sustentabilidade. Foi evidenciado que os continentes com o maior número de respondentes, foi representado pelo continente europeu e americano. Pelo continente europeu o país que mais cedeu feedback e respostas sobre a temática, foi representado pela Inglaterra. Já no continente americano, o país que mais cedeu respostas sobre a temática foi representado pelos Estados Unidos. No continente asiático, o país que mais cedeu informações e respostas sobre a consulta pública foi representado pela China. A tabela abaixo representa todos os respondentes analisados, divididos por seus respectivos continentes.

Tabela 2 – Respondentes por continentes

Continente	Favoráveis	Desfavoráveis	Indiferente	Total Geral
-	38	1	5	44
África	23	1	2	26
América	102	2	9	113
Ásia	39	-	9	48
Europa	213	5	27	245
Oceania	21	3	7	31
Vários	59	-	11	70
Total Geral	495	12	70	577

Fonte: Silva, 2021

A partir da tabela 3, foi evidenciado o quantitativo total de respondentes baseado em seus respectivos segmentos no mercado e áreas de atuação. Um dos principais setores envolvidos e interessados pela criação da respectiva padronização dos relatórios de sustentabilidade é o setor Financeiro/Econômico, visto que para o setor, a fragmentação de relatórios causa distorções e dificultam a comparabilidade entre as entidades. O segmento acadêmico, composto por estudantes e docentes em sua grande maioria, são a favor de tal padronização, contudo, parte dos docentes que expressaram suas opiniões técnicas, foram enfáticos em ser contrários da criação de um novo relatório, visto que já existe relatórios conhecidos internacionalmente, seguido pela falta de clareza, ótica pela qual será criado o relatório e a falta de argumentos sólidos sobre a tal criação do relatório. A tabela abaixo apresenta o total de respondentes seguido por suas áreas de atuação:

Tabela 3 – Contabilização de respondentes por Segmento

Setor	Favoráveis	Desfavoráveis	Indiferente	Total Geral
Administrativo/Empresarial	15	-	2	17
Ambiental/Social	18	1	5	24
Atuarial	1	-	-	1
Auditoria	16	-	2	18
Automotivo	1	-	-	1
Bens de Consumo	1	-	-	1
Construção	-	-	1	1
Consultoria/Governança	24	-	3	27
Contábil	61	-	2	63
Contábil/Social	1	-	-	1

Energia	9	-	1	10
Financeiro/Econômico	127	-	11	138
Financeiro/Social	26	-	3	29
Imóveis	1	-	-	1
Moda	1	-	-	1
Normatizador/Regulador	19	-	2	21
Papel & Celulose	1	-	-	1
Pesquisa	3	-	1	4
Químico	3	-	-	3
Saúde	1	-	-	1
Seguros	7	1	6	14
Serviços/Soluções	4	-	-	4
Tecnologia/Softwares	6	-	1	7
Trabalhadores	2	-	-	2
Acadêmico	147	10	30	187
Total Geral	495	12	70	577

Fonte: Silva, 2021

4.1 Dos agentes favoráveis

Em virtude das constantes transformações e mudanças na qual o mundo enfrenta, em especial as mudanças entre nosso ecossistema e das mais variadas mudanças climáticas, certas entidades reconhecem da necessidade imediata da criação de um conjunto global de relatórios de padrões de sustentabilidade. Tal relatório mitigaria determinadas distorções como fragmentações de informações sobre o tema o que deturpa a comparabilidade e simetria de informações sobre a pauta sustentável.

Das 577 respostas recebidas pela Fundação IFRS 494 respondentes demonstraram-se favoráveis, como está evidenciado na tabela acima. Das respostas mais enfáticas dos agentes favoráveis a criação dos relatórios pode-se apresentar:

Quadro 1 – Quadro representativo com parecer favorável

Categoria: Agentes que apresentaram um parecer favorável à questão RS	
Definição	Respondentes
Nessa categoria ficou evidenciado os agentes que demonstraram o total apoio da criação de padrões de relatórios sustentáveis.	<p>R13: “Sim, Há uma necessidade definitiva de padrões de relatórios de sustentabilidade (RS). A falta de consistência e a comparabilidade para o RS referida no parágrafo 4 do Documento de Consulta é cada vez mais problemática. As partes interessadas em várias posições expressaram a urgência de padrões de sustentabilidade consistentes por necessidade de transparência, confiabilidade, consistência e comparabilidade. Os países estão fortemente interligados através dos setores público e privado, de negócios e regulamentações climáticas emergentes.”</p> <p>R49: “A PAFA acredita firmemente que existe a necessidade de um conjunto de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, padrões para lidar com a fragmentação atual nos relatórios de sustentabilidade que impede o utilidade, consistência e comparabilidade dos relatórios corporativos. Dada a sua vasta experiência e comprovado histórico de alta qualidade, reconhecida internacionalmente por seus padrões, a Fundação IFRS está em melhor posição para desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento destes padrões de</p>

	<p>relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente. Para este fim, o PAFA apoia a expansão das atividades de definição de padrões da Fundação IFRS para a área de relatórios de sustentabilidade.”</p> <p>R287: “Sim, acreditamos que há uma necessidade urgente de padronização dos relatórios de sustentabilidade. A padronização é a chave para tornar os dados de sustentabilidade consistentes e comparáveis para uso por participantes do mercado de capitais e para ajudar os investidores a precificar com precisão os riscos não financeiros e permitir tomada de decisão materialmente relevante. Além disso, a padronização é um pré-requisito para desenvolver processos de garantia em torno da divulgação que devem aumentar ainda mais a confiabilidade e aceitação”.</p>
--	--

Fonte: Silva (2021)

Para os agentes adeptos a criação dos padrões de relatórios, ficou constatado que o principal objetivo e benefício ao cenário internacional seria a padronização dos relatórios das entidades, em concurso com a possibilidade de se obter comparabilidade e verificabilidade para os mesmos. Para o segmento do mercado financeiro em especial, a necessidade de relatórios de sustentabilidade e da sua padronização se tornaram impreterível, visto que más condições climáticas podem exercer influência negativa ou de fato impactar e gerar riscos financeiros em larga escala.

De acordo com Autoriteit Financiële Markten (AFM), O AFM apoia o desenvolvimento de um conjunto de padrões internacionais para divulgações relacionadas ao Meio Ambiente, Fatores sociais e de governança (ASG) ou, conforme referido no documento de consulta, relatórios de sustentabilidade. O AFM também acredita que a Fundação IFRS poderia estar em uma posição favorável para desempenhar um papel como redatora de padrões internacionais nesta área. O AFM observa um forte aumento na atenção para relatar informações não financeiras. Isso aumentou a atenção as informações não financeiras, visível em todos os setores, especialmente no setor do mercado financeiro.

4.2 dos agentes desfavoráveis

Da análise dos documentos algumas entidades se demonstraram contrárias a criação de um novo relatório de sustentabilidade, em concurso com a fundação IFRS desempenhando um papel crucial deste novo documento. Feito toda a análise, foi constatado que apenas 10 entidades se demonstraram desfavoráveis a criação de padrões de relatórios não financeiros, isto representa cerca de 2% das entidades avaliadas.

Alguns agentes argumentam que a fundação IFRS não é a entidade mais preparada no momento para tomar o protagonismo na criação, ou argumentam que já existe relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, à exemplo o GRI, como expresso no quadro abaixo:

Quadro 2 – Quadro representativo com parecer desfavorável

Categoria: Agentes que apresentaram um parecer desfavorável à questão RS	
Definição	Respondentes
Nessa categoria ficou evidenciado os agentes que se demonstraram contrários da criação de um novo conjunto global de padrões de relatórios sustentáveis. (RS)	<p>R5: A questão é intrigante. Já existe um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecido internacionalmente. Não há necessidade de outro. Os padrões GRI são internacionais. A Fundação IFRS poderia usar seus relacionamentos para ajudar a tornar esses Padrões obrigatórios, juntamente com conceitos e elementos de conteúdo na Estrutura internacional do <IR>. A visão ampla deste último sobre a criação de valor e múltiplos capitais, traz uma abordagem mais apropriada no contexto de divulgações de sustentabilidade do que a IFRS Foundation, com foco estreito na "materialidade financeira". As recomendações TCFD têm amplo suporte para divulgações relacionadas ao clima. O documento de consulta não apresenta um caso sólido ou convincente para a configuração da Fundação IFRS trazer novos padrões adicionais de relatórios de sustentabilidade.</p> <p>R19: “Esta é uma primeira pergunta um tanto importante, sugerindo um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade. Na verdade, já temos um - os padrões GRI são mundialmente reconhecidos e amplamente utilizado por empresas. Na verdade, o GRI é utilizado por 84% das empresas do G250 (KPMG, 2020). O documento de consulta não fornece argumentos convincentes para a necessidade de outro corpo ou um novo conjunto de padrões.</p> <p>R24: “Estou surpresa com essa pergunta, pois já temos padrões para relatórios de sustentabilidade - o GRI, que são reconhecidos internacionalmente. A Fundação IFRS poderia usar seus relacionamentos e redes para ajudar a impor a adoção desses Padrões em todo o mundo. Eu não vejo o ponto de a criação de padrões de sustentabilidade adicionais, especialmente se o caso de fazer isso não for claramente explicado no jornal. Também destaco aqui que o principal objetivo do artigo é ajudar a reduzir complexidade dos relatórios de sustentabilidade, portanto, o desenvolvimento de um conjunto adicional de padrões teria que ser com base em evidências independentes e rigorosas, que luto para ver no Documento de Consulta.</p>

Fonte:

De todos os segmentos presentes na análise, pode-se destacar que o setor acadêmico foi o que mais representou a categoria de contrários da criação de um novo padrão de relatórios de sustentabilidade (RS). Verifica-se que a variável semelhante entre os docentes contrários da criação de um novo relatório se deve ao fato de já existir relatórios sobre o tema. Segundo os mesmos, a fundação deveria já utilizar os relatórios existentes, desenvolvendo novos relacionamentos com os stakeholders para ajudar a tornar os atuais relatórios em padrões obrigatórios. Alguns julgam haver certo conflito de interesse sob a ótica da criação de tal relatório, identificado como uma certa pressão do próprio mercado financeiro e demais investidores, em detrimento do interesse público no geral.

Paralelo aos comentários citados, muitos dos stakeholders julgam que a fundação IFRS não possui compreensão necessária acerca do tema, visto o seu atraso referente a pauta sustentável dando preferência aos já consolidados e reconhecidos relatórios sustentáveis como o GRI.

4.3 Dos agentes indiferentes

Determinadas entidades se mostraram um tanto quanto neutras ou simplesmente não apresentaram nenhum ponto de vista acerca da necessidade de padrões de relatórios de sustentabilidade, tendo a fundação IFRS como protagonista da criação do relatório, dada a sua reputação e credibilidade ante a comunidade internacional. Muitos dos stakeholders julgam a qualidade do novo relatório não financeiro, e de que modo o mesmo estaria evidenciado pela empresa, se junto aos relatórios financeiros ou separados. A falta de clareza, sólida argumentação e representação foram fatores determinantes para que as entidades se demonstrassem indiferentes acerca da criação de um novo relatório, visto a dificuldade de identificar sob qual ótica seria criado o novo documento.

Quadro 3 – Quadro representativo com parecer indiferente

Categoria: Agentes que apresentaram um parecer indiferente à questão RS	
Definição	Respondentes
Nessa categoria ficou evidenciado os agentes que se demonstraram indiferentes da criação de padrões de relatórios sustentáveis, em razão de escassez de informações;	<p>R398: “Não respondeu diretamente, porém expressou "Agradecemos a oportunidade de contribuir para a Consulta IFRS sobre Padrões de Sustentabilidade. Nos comentários a seguir, destacamos uma série de preocupações principais com o documento de consulta, em particular, destacamos as preocupações com:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. a falta de uma compreensão robusta da sustentabilidade ou ciência da sustentabilidade para sustentar quaisquer padrões de sustentabilidade 2. a necessidade de padrões de relatórios de sustentabilidade internacionalmente reconhecidos - conforme descrito o documento de consulta". <p>R446: “Tomando esses pontos por sua vez, os impactos ambientais e sociais estão influenciando as decisões dos investidores. Questões como acesso e acessibilidade de produtos, diversidade, igualdade de gênero e direitos humanos agora são tão relevantes para a tomada de decisão do investidor quanto as questões ambientais. Os impactos sociais e ambientais são também frequentemente interligados, e resolvendo uma questão ambiental podem ter efeitos sociais positivos ou negativos. Os investidores, portanto, precisam ter uma visão clara de todos os impactos das empresas.</p>

Fonte: Silva (2021)

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou promover uma análise em relação a necessidade de um conjunto global de relatórios de sustentabilidade (RS) promovido pela Fundação IFRS através do papel de consulta e cartas de comentários (consultation paper and comment letters) sobre a questão 1, existe a necessidade de um conjunto global de relatórios de sustentabilidade reconhecido internacionalmente (Is there a need for a global set of internationally recognised sustainability

reporting standards?). A consulta buscou relatar o feedback sobre a demanda por padrões sustentáveis e se a Fundação deveria desempenhar um papel sobre o tema. Os stakeholders publicaram suas declarações e respostas sobre o tema de setembro de 2020 ao final de dezembro do mesmo ano.

Tal objetivo foi alcançado por meio de minuciosa inspeção e investigação de documentos do papel de consulta e cartas de comentários dos 577 agentes respondentes dos questionamentos criados pela fundação IFRS.

Conclui-se que através da verificação de todos os comentários, que em grande maioria os respondentes da consulta pública são favoráveis da criação de um novo relatório, sendo este com enfoque em sustentabilidade. Tal relatório deverá mitigar um dos principais se não o principal gargalo encontrado por toda a comunidade internacional, as diferentes informações encontradas em relatórios do gênero, com óticas distintas, fragmentando todas as informações e, por conseguinte, exterminando a possibilidade de verificação e comparabilidade no cenário internacional. Por desfavorável, o posicionamento acadêmico representou determinada relevância. Essa decisão se deu principalmente pelo fato de já haver relatórios sobre o tema e a falta de clareza da fundação ifrs sobre o relatório.

Consequentemente, o grande questionamento a ser feito não é se, mas quando haverá um padrão global acerca do tema sustentável, na qual todas as entidades envolvidas poderão usufruir de informações relevantes e comparáveis. O ecossistema global está passando por constantes mudanças, e os stakeholders, em especial o segmento do mercado financeiro, verificaram que o risco climático é um risco financeiro. Os curadores da fundação já demonstraram propostas de emendas à constituição da própria entidade para acomodar a potencial formação de um novo Conselho de Padrões Internacionais de Sustentabilidade dentro da estrutura de governança da organização, promovendo não só um crescimento, mas um desenvolvimento sustentável.

Além disso, o Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial de 2018 apontou que quase metade dos principais riscos de negócios são ambientais. Isso representa uma mudança significativa em relação a 2010, quando quase todos os principais riscos eram econômicos ou sociais (Tähtinen, 2018). Ao priorizar o desempenho financeiro como o único elemento importante da criação de valor, ignora-se os impactos maiores que os negócios podem ter (Porter & Kramer, 2011).

REFERÊNCIAS

- BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL. *Gestão & Produção*, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2010000300016>
- BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade*. São Paulo: FGV, 2005.
- BOND, A. J.; MORRISON-SAUNDERS, A. Sustainability appraisal: jack of all trades, master of none? *Impact Assessment and Project Appraisal*, v. 27, n. 4, p. 321-329, 2009. <http://dx.doi.org/10.3152/146155109X479422>
- Boesso, G., & Kumar, K. (2007). Drivers of corporate voluntary disclosure: A framework and

empirical evidence from Italy and the United States. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 20(2), 91–269–296. <https://doi.org/10.1108/09513570710741028>

Cokins, G., & Shepherd, N. (2017, May). The power of intangibles: we need to move beyond the narrow breadth of current financial accounting and reporting and shift to value creation. *Strategic Finance* Vol 98, No11.

Contrafatto, M. (2014). The institutionalization of social and environmental reporting: An Italian narrative. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 414–432. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.002>

de Jong, M., Levy, D. L., & Brown, H. S. (2009). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571–580. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>

Dyduch, J., & Krasodomska, J. (2017). Determinants of corporate social responsibility disclosure: An empirical study of Polish listed companies. *Sustainability (Switzerland)*, 9(11). <https://doi.org/10.3390/su9111934>

Eccles, R. G., Serafeim, G., & Krzus, M. P. (2011). Market Interest in Nonfinancial Information. *Journal of Applied Corporate Finance*, 23(4), 113–127. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6622.2011.00357.x>

Erol, I., & Demirel, B. (2016). Investigation of Integrated Reporting As a New Approach of Corporate Reporting. *International Journal of Business and Social Research*, 6(10), 32. <https://doi.org/10.18533/ijbsr.v6i10.1002>

FEE. (2015). The Future of Corporate Reporting – creating the dynamics for change. *Cogito Series*. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-34487-9>

Feng, T., Cummings, L., & Tweedie, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 330–353. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2016-0068>

Flick, U. 2009. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

GRI. (2015). G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade. G4 Diretrizes Para Relato de Sustentabilidade, 96. <https://doi.org/10.5007/21945>

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. *Diretrizes para relatório de sustentabilidade - versão 3.0*. São Paulo: GRI, 2006.

IFAC. (2012). *Investor demand for environmental, social, and governance disclosures: Implications for professional accountants in business*.

Kolk, A., & Van Tulder, R. (2010). International business, corporate social responsibility and sustainable development. *International Business Review*, 19(2), 119–125. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ibusrev.2009.12.003>.

KOTSANTONIS, S.; PINNEY, C.; SERAFEIM, G. ESG Integration in Investment

Management: Myths and Realities. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 28, n. 2, p. 10-16, 2016.

Krasodomska, J. (2009). ZNACZENIE INFORMACJI NIEFINANSOWYCH W ROCZNYCH RAPORTACH SPÓŁEK. Krakovia. Retrieved from http://dspace.uni.lodz.pl:8080/xmlui/bitstream/handle/11089/18284/14-181_188-Krasodomska.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Krasodomska, J. (2017). Non-Financial Reporting in the Light of Consultative Processes. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego We Wrocławiu*, (479), 99–107. <https://doi.org/10.15611/pn.2017.479.09>

Laskar, N. Impact of corporate sustainability reporting on firm performance: an empirical examination in Asia. (2018). *Journal of Asia Business Studies*, 12(4), 571-593.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990.

Mark Carney. (2019). <https://www.bankofengland.co.uk/speech/2019/mark-carney-speech-at-climate-related-financial-disclosure-summit>

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 17, p. 269-279.

Helder, R. 2006. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999

Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(1–2). Retrieved from http://www.scopus.com/scopus/openurl/link.url?ctx_ver=Z39.88-2004&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF8&svc_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:sch_svc&svc.citedby=yes&rft_id=info:eid/2-s2.0-84906331429&rfr_id=http://search.ebscohost.com&rfr_dat=partnerID:NnvIuKwx&rfr_dat=

Sarah Adams & Roger Simnett, 2011. "Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector," *Australian Accounting Review*, CPA Australia, vol. 21(3), pages 292-301, September.

Tähtinen, J. (2018). Sustainability Reporting Will Create Long-Term Business and Investor Value. Retrieved February 1, 2019, from <https://www.ifac.org/global-knowledge-gateway/businessreporting/discussion/sustainability-reporting-will-create-long>

ANEXO -

1 Questions for consultation

Question 1

Is there a need for a global set of internationally recognised sustainability reporting standards?

a) If yes, should the IFRS Foundation play a role in setting these standards and expand its standard-setting activities into this area?

(b) If not, what approach should be adopted?

Question 2

Is the development of a sustainability standards board (SSB) to operate under the governance structure of the IFRS Foundation an appropriate approach to achieving further consistency and global comparability in sustainability reporting?

Question 3

Do you have any comment or suggested additions on the requirements for success as listed in paragraph 31 (including on the requirements for achieving a sufficient level of funding and achieving the appropriate level of technical expertise)?

Question 4

Could the IFRS Foundation use its relationships with stakeholders to aid the adoption and consistent application of SSB standards globally? If so, under what conditions?

Question 5

How could the IFRS Foundation best build upon and work with the existing initiatives in sustainability reporting to achieve further global consistency?

Question 6

How could the IFRS Foundation best build upon and work with the existing jurisdictional initiatives to find a global solution for consistent sustainability reporting?

Question 7

If the IFRS Foundation were to establish an SSB, should it initially develop climate-related financial disclosures before potentially broadening its remit into other areas of sustainability reporting?

Question 8

Should an SSB have a focused definition of climate-related risks or consider broader environmental factors?

Question 9

Do you agree with the proposed approach to materiality in paragraph 50 that could be taken by the SSB?

Question 10

Should the sustainability information to be disclosed be auditable or subject to external assurance? If not, what different types of assurance would be acceptable for the information disclosed to be reliable and decision-useful?

Question 11

Stakeholders are welcome to raise any other comment or relevant matters for our consideration.

2 Anexo com todas as informações sobre a coleta de dados, referentes a linha de pesquisa.